

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR

NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E MEIO AMBIENTE – PGDRA

Hugo Athanásios Fotopoulos

**ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O PERFIL  
SOCIOECONOMICO E O PODER AQUISITIVO DAS FAMÍLIAS DE  
MUTUM-PARANÁ, DISTRITO DE PORTO VELHO-RO, BRASIL.**

Porto Velho/RO  
2008

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E MEIO AMBIENTE – PGDRA

Hugo Athanásios Fotopoulos

**ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O PERFIL  
SOCIOECONÔMICO E O PODER AQUISITIVO DAS FAMÍLIAS DE  
MUTUM-PARANÁ, DISTRITO DE PORTO VELHO-RO, BRASIL.**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, área de concentração em Políticas Públicas na Amazônia para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

PORTO VELHO/RO  
2008

### Ficha catalográfica.

Fotopoulos, Hugo Athanásios

Análise de correspondência entre o perfil socioeconômico e o poder aquisitivo das famílias de Mutum-Paraná, distrito de Porto Velho - RO, Brasil.

Porto Velho: s.n. 2008.

pg. 51.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Núcleo de Ciência e Tecnologia.

Área de concentração: Políticas Públicas na Amazônia

Orientador: Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral

1. Análises Multivariadas. 2. Políticas Oficiais de Desenvolvimento.  
3. Populações Tradicionais. 4. Desenvolvimento Regional.

Hugo Athanásios Fotopoulos

**ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O PERFIL  
SOCIOECONÔMICO E O PODER AQUISITIVO DAS FAMÍLIAS DE  
MUTUM - PARANÁ, DISTRITO DE PORTO VELHO - RO, BRASIL.**

Dissertação apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral  
Orientador

---

Prof. Dr. Antonio Carlos Maciel  
Examinador

---

Prof. Dr. Gilberto Manzatto  
Examinador

## DEDICATÓRIA

A minha família: aos meus pais, a minha esposa, aos meus filhos, meu irmão e minha cunhada. E a todos os meus verdadeiros amigos.

## AGRADECIMENTOS

### PARCEIROS DE PESQUISA:

A) Primeiramente agradeço a Deus por me agraciar durante essa jornada com grandes presentes: minha saúde, a saúde de meu pai e de minha família, o nascimento dos meus filhos e de todo conhecimento obtido.

B) Ao Prof. Dr. Januário por acreditar em mim, por me tirar do "limbo", pelos livros emprestados, pela paciência, pela orientar e principalmente por ser meu amigo.

C) Ao Prof. Dr. Gil Manzato pela paciência, atenção, amizade, orientação e por ter me ensinado em especial, a Estatística.

D) Ao Prof. Dr. Vicente Bernardes (*out lier*) pelas aulas, conhecimento, amizade e por ter me apresentado às análises multivariadas.

E) Ao Prof. Dr. Maciel pela oportunidade de assistir suas aulas, pelo respeito e por todo conhecimento cedidos a minha pessoa.

F) Ao Prof. Dr. Dorisvalder Nunes pela a gentileza de ceder os dados do Labogeopa fundamentais para a minha pesquisa.

G) Ao Prof. Dr. Marcos Teixeira pela ajuda cedida ao seu eterno aluno.

### AGRADECIMENTOS ESPECIAIS:

A minha esposa Marina por estar do meu lado, me apoiando em toda essa jornada e por me dar as duas maiores riquezas da minha vida durante esse processo: Ioannis Víctor e Maria Fernanda Barbosa Fotopoulos.

Ao meu pai, Dionyssios Fotopoulos (o Gregão) e a minha mãe, Aldenora Fotopoulos (Dona gordinha) por tudo que me ensinaram ao longo da vida.

Ao meu irmão Igor Fotopoulos e a minha cunhada Alessandra Pinheiro pela a oportunidade de aprender com dois grandes pesquisadores.

Aos meus amigos, Sr. Altair, Sra. Maria Alexandre e a Sra Shirley pela oportunidade, confiança, amizade e principalmente por terem me transformado em um verdadeiro educador.

Ao meu amigo e parceiro de aulas Gustavo Gurgel por nossas discussões sempre em busca do conhecimento.

Aos professores do Colégio Terra Nova freqüentadores da sede social e campestre.

Por ultimo, porém não menos importantes, todos os meus alunos e amigos que estarão sempre em meu coração pelo aprendizado e carinho a mim oferecido.

**Inventas e serás perseguido como um criminoso; copias e viverás feliz como um idiota.**

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Planilha demonstrativa dos programas de desenvolvimento para a Amazônia a partir da década de 60. .....	27
Tabela 2 Planilha dos setores censitários considerados como referência para alguns dos resultados obtidos na Área de Influência Direta. .....	37
Tabela 3 Planilha das famílias de acordo com a renda categorizada. .....	40
Tabela 4 Planilha dos autovalores e porcentagens de inércia. .....	41
Tabela 5 Planilha de contribuições das variáveis. .....	42
Tabela 6 Planilha resultados por classe por objetos e valores, realizada pela análise de <i>Cluster</i> , que definem os grupos em relação à dissimilaridade das famílias e das variáveis estudadas. .....	46



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Dados das áreas sobre o uso da terra no Estado de Rondônia: definição da organização espacial do Estado de Rondônia na sua atual conjuntura após os projetos oficiais de desenvolvimento que incidiram na região do Estado de Rondônia. .....	20
Figura 2. Mapa do POLOAMAZÔNIA: as potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em 15 áreas selecionadas e espacialmente distribuídas na Amazônia Legal. .....	23
Figura 3. Dados das áreas de exploração do potencial mineral e fluvial no Estado de Rondônia. .....	24
Figura 4. Dados dos setores censitários do entorno da área de formação dos reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos Jirau e Santo Antonio, município de Porto Velho - RO. .....	34
Figura 5. Representação gráfica do auto valor e da inércia ajustada no primeiro fator da análise ( <i>Screeplot</i> ). .....	41
Figura 6. Representação gráfica dos planos das variáveis e das famílias face à configuração das categorias das variáveis no espaço. .....	42
Figura 7. Representação gráfica dos planos das famílias face à configuração das categorias das famílias no espaço. .....	42
Figura 8. Representação gráfica dos planos das variáveis e das famílias face à configuração das categorias das variáveis e das famílias no espaço. .....	43
Figura 9. Representação gráfica do dendograma que demonstra o grupo após a análise da dissimilaridade entre as variáveis e as famílias. .....	45
Figura 10. Representação gráfica do dendograma que demonstram as famílias através da dissimilaridade entre as variáveis. .....	45

## LISTA DE SIGLAS

ACM - Análise de Correspondência Múltipla

AHE - Aproveitamento Hidrelétrico

EIA – Estudos de Impactos Ambientais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPA - Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia

LABOGEOPA - Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental

PA - Projeto de Assentamento

PAD - Projeto de Assentamento Direcionado

PAR - Projeto de Assentamento Rápido

PAS - Plano Amazônia Sustentável

PIN - Plano de Integração Nacional

POLOAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste

PVEA - Plano de Valorização Econômica da Amazônia

RIMA - Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

SM - Salário mínimo

SPVEA - Superintendência do Plano para a Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

## RESUMO

Essa pesquisa tem como intuito principal analisar a correspondência entre o perfil socioeconômico e o poder aquisitivo das famílias de Mutum - Paraná, distrito de Porto Velho - RO, objetivando também, registrar o aparecimento de políticas públicas posteriormente aos programas oficiais de desenvolvimento que incidiram na região a partir da metade do século XX. Como proposta para a fomentação da interdisciplinaridade utilizara-se como ferramenta metodológica as análises multivariadas (ACM e *Cluster Análises*) atrelada à utilização do software estatístico (XLSTAT 2007). E para a abrangência da mesma, empregou-se o banco de dados obtido com o recenseamento realizado em 2004 pelo LABOGEOPA - UNIR sobre a área de formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Jirau em Porto Velho - RO, proporcionando e oportunizando novos dados para promover a discussão sobre a institucionalização de políticas públicas que ampare parte das populações tradicionais de Rondônia.

**PALAVRAS-CHAVES:** Análises multivariadas, Programas Oficiais de Desenvolvimento, Populações tradicionais, Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The research aims to analyze the correspondence between the social-economic profile and the market power of families from the town of *Mutum-Paraná*. It also aims to record the presence of public policies that occurred after the implementation of official development projects, which had happened in the second half of XX century. In order to increase the inter-discipline it used as the analytic methodological instrument the multivariate analyses (*ACM* and *Cluster*) together with statistical software (*XLSTAT 2007*). The research used a data bank, which was obtained from *LABOGEOPA –UNIR-* in 2004, over the land where the water dam of the hydro power plant *Jirau* will be placed. It will offer new data to increase the discussion about the socialization of public policies which shall assist part of traditional population of Rondônia.

Key-Words: Multivariate Analyses, Official Development Program, Traditional Populations, Public Policies.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	.....	15
<b>CAPÍTULO 1 –</b>	<b>CONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA: O CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO E O PODER AQUISITIVO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS AMAZÔNICAS APÓS OS PROJETOS OFICIAIS DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DE RONDÔNIA</b>	
	.....	17
	1.1. Breve histórico sobre a política dos programas oficiais de desenvolvimento na Amazônia durante o século XX.	
	.....	21
	1.2. As populações tradicionais frente aos projetos oficiais de desenvolvimento na Amazônia durante o século XX.	
	.....	28
<b>CAPÍTULO 2 –</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DE UM REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA A COMPREENSÃO DAS ANÁLISES MULTIVARIADAS ENTRE O PERFIL SOCIO-ECONÔMICO E O PODER AQUISITIVO DAS FAMÍLIAS DE MUTUM-PARANÁ-RO</b>	
	.....	31
	2.1. Histórico da área de estudo.....	32
	2.2. Dados da área de estudo .....	33
	2.3. Análise multivariada.....	35
	2.4. Análise de correspondência múltipla.....	35
	2.5. Coleta de dados e as variáveis .....	36
	2.6. Inércia.....	37
<b>CAPÍTULO 3 -</b>	<b>APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O PERFIL SOCIO-ECONÔMICO E O PODER AQUISITIVO DAS FAMÍLIAS DE MUTUM-PARANÁ</b>	

.....	38
3.1. Representação gráfica.....	40
3.2. Análise de agrupamento ou <i>cluster analyses</i> .....	42
3.2.1. Dendograma.....	43
3.3. Discussão dos resultados.....	48
<b>CONCLUSÃO</b> .....	49
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	50

## INTRODUÇÃO

O presente estudo fora realizado com o intuito de analisar a correspondência entre o perfil socioeconômico e o poder aquisitivo dos chefes de famílias e dos proprietários de terras que se situem às margens do rio Madeira e de seus afluentes no distrito de Mutum Paraná do município de Porto Velho - RO. Objetivando também, registrar posteriormente aos programas de desenvolvimento que incidiram nessa região, a partir da metade do século XX, se os mesmos originaram a fomentação de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento econômico das populações tradicionais dessa região. E, como proposta para a realização de um estudo interdisciplinar, empregara-se sobre o banco de dados das famílias de Mutum - Paraná, as ferramentas metodológicas das análises multivariadas pertencentes à Estatística.

Sendo assim, como propósito no primeiro capítulo da pesquisa, enfatiza-se a cronologia dos mecanismos políticos e administrativos das políticas públicas desenvolvimentista do Governo Federal a partir da Constituição de 1946 até o fim do período militar, explicitando, a proposta de desenvolvimento de caráter regional administrada para a Amazônia com a inserção de projetos de crescimento econômico a partir dos programas desenvolvimentistas que ocorreram nas décadas desse período. Usara-se como exemplo desses projetos, a extração da cassiterita pelas grandes empresas nacionais e internacionais que perdurara até o início da década de noventa e, posteriormente a esse período, a inserção dos projetos de política agrícola na região que estariam direcionados para a ocupação e para a colonização da Amazônia. Por fim, ressalta-se o contraste da ideologia capitalista desses projetos de desenvolvimento no contato com a sociedade das populações tradicionais da Amazônia, visto que, esses atores sociais divergiram-se do ideal desenvolvimentista da época, já que os mesmos reagiram de forma contrária a essa proposta de crescimento econômico do Governo Federal.

No capítulo seguinte, ressalta-se a importância da fomentação de estudos interdisciplinares dentro do programa de pós-graduação em desenvolvimento regional (PGDRA), adotando como iniciativa para essa fomentação a utilização metodológica das análises multivariadas pertencentes à área da Estatística. Nesse capítulo, explicita-se então (com o auxílio do Laboratório de BIOGEOQUÍMICA), todo

o processo teórico e metodológico das ferramentas analíticas (ACM e *cluster*) empregada para a análise do banco de dados socioeconômico dos chefes de famílias do distrito de Mutum - Paraná, expõe-se também o histórico do distrito e dos projetos de desenvolvimento (mineração e colonização) que ocorreram nesse território, seguido dos dados da população e das áreas provenientes do levantamento e do recenseamento realizado.

O banco de dados utilizado para a análise fora desenvolvido pelas equipes técnicas da UNIR – Universidade Federal de Rondônia, de FURNAS Centrais Elétricas e da Leme Engenharia adquirido mediante ao levantamento e recenseamento realizado para obter as informações necessárias para o diagnóstico, identificação e avaliação de impactos e sugestões de medidas para mitigação dos impactos do empreendimento de geração de energia AHE Jirau (EIA-RIMA). A responsabilidade pelo levantamento das informações e formação do banco de dados referentes ao AHE Jirau é da equipe técnica do LABOGEOPA – Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental da UNIR.

Deste modo, após os empreendimentos originários dos projetos de desenvolvimento que incidiram na região (mineração e colonização), reconhece-se que a análise de correspondência se apresentará de forma relevante para o conhecimento das diferenças sociais e econômicas, inter e intra-regionais dos cenários que se formaram nessa região, além de apresentar resultados estatísticos sobre o perfil socioeconômico e sobre o poder aquisitivo dos atores sociais. Igualmente, o produto da análise poderá oportunizar a fomentação de discussões sobre o planejamento, criação e institucionalização de políticas públicas que engendrem desenvolvimento econômico e inclusão social para a população do distrito de Mutum-Paraná no município de Porto Velho, Estado de Rondônia.



## **CAPÍTULO 1**

### **CONFIGURAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA: O CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO E O PODER AQUISITIVO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS AMAZÔNICAS APÓS OS PROGRAMAS OFICIAIS DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DE RONDÔNIA**

A região de Mutum - Paraná com a criação dos programas de desenvolvimento pelo Governo Federal a partir das décadas de 60 e 70 do século XX (quando a região ainda era pertencente ao Território Federal de Rondônia), tornara-se o cenário ideal para a inserção de empresas mineradoras nacionais e internacionais na exploração do potencial mineral da área (figura 3) e para implantação de projetos agrícolas de assentamentos direcionados para a colonização e povoamento dessa região, redefinindo, posteriormente, por meio da utilização de políticas econômicas institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico da região, toda a organização social e territorial do Estado de Rondônia em relação ao uso da terra (figura 1).

A região de Mutum - Paraná durante os programas oficiais de desenvolvimento, apresentara um resultado inverso ao esperado pelo Governo Federal em relação às populações tradicionais que residiam nesse território amazônico, uma vez que se atribuíra à utilização de uma metodologia de crescimento econômico que atuara de forma homogênea inserido nos moldes capitalista como proposta governamental de desenvolvimento para a região. Esse mesmo resultado mostrou que o governo desconhecia as diversidades culturais, sociais e econômicas dos mosaicos territoriais na qual a Amazônia se apresentava. Destarte, é justo ressaltar que, após a inserção dos projetos oficiais de desenvolvimento ocorria a notória ineficácia do amparo de políticas públicas em relação à população de Mutum - Paraná, resultados pela falta de fomentação de planejamento para a criação e institucionalização de políticas públicas nessa região, promovendo assim, desigualdade, exclusão, e desarticulação na complexa organização social das populações tradicionais dessa região amazônica.

Para esclarecer a definição de populações tradicionais dentro da pesquisa e para que ocorra um entendimento satisfatório sobre a análise de correspondência

realizada entre o perfil socioeconômico e o poder aquisitivo desses atores sociais, adotara-se então, o conceito de populações tradicionais como sendo a de um grupo de pessoas (ribeirinhos, caboclos, seringueiros, castanheiros, pescadores artesanais, agricultores e outros), que de certa forma, assumem o molde de vida indígena como o que melhor supre a necessidade de subsistência na região e que mesmo com as alterações toleradas, sustentam os seus saberes de geração em geração sobre o seu meio, assimilando um conhecimento tradicional em relação ao uso dos seus recursos naturais, caracterizando-se por um estilo de vida diferenciado e auto-identificando seu grupo como uma comunidade particular (DUARTE, 2005 p.56).

As famílias dessas populações tradicionais amazônicas que habitavam a região antes dos projetos oficiais de desenvolvimento e que se depararam com esses empreendimentos, correspondem até os dias atuais como parte dos moradores que se conservaram na região. Explica-se a permanência dessas populações tradicionais amazônicas na região devido à existência de um grau considerável de dependência pelos seus ecossistemas em prol da sua sobrevivência (DIEGUES, 2001, p. 66).

Sobre o assunto Benatti, Magrath e De Oliveira (2003, p.18) definem que:

As práticas de manejo comunitário que vêm sendo implementadas na Amazônia nas últimas décadas partem da premissa de que as comunidades locais envolvidas apresentam maior interesse na sustentabilidade de seus recursos do que o governo ou instituições distantes destas comunidades.

Desta forma, enfatiza-se que, muito antes dos projetos regionais governamentais e que mesmo após os empreendimentos oficiais de desenvolvimento, foram as populações "tradicionais" que se ampararam dentro desses ecossistemas amazônicos sem necessariamente ameaçar a sua biodiversidade biológica.

Sobre o assunto, Arruda (1999, p.24) define que:

Tornou-se, portanto, mais evidente que as populações "tradicionais" amazônicas desenvolveram através da observação e experimentação um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais e, até hoje, as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais.

Atualmente, a criação de políticas públicas que proporcionem desenvolvimento e inclusão social para as populações tradicionais amazônicas ocorre em um momento favorável, visto que a discussão governamental sobre a adoção de novas metodologias e conseqüentemente de novas abordagens junto a essas famílias que residam dentro do território amazônico tornou-se notório (PAS, 2006 p. 29).

Designam-se então - sobre essa atual preocupação governamental com as várias culturas tradicionais amazônicas - os dois principais desafios para a pesquisa sobre o planejamento, criação e institucionalização de políticas públicas de desenvolvimento para as populações tradicionais de nossa região: a definição de uma melhor análise sobre a diversidade socioeconômica existente na região da Amazônia; e utilização de uma metodologia de estudo que atue sob a ótica de uma dinâmica sub-regional e local, nas diversas escalas em que a Amazônia se apresenta.

Reconhece-se que para se conseguir analisar a diversidade existente na região deve-se adotar e seguir múltiplos critérios analíticos para lidar com a diversidade sub-regional e local da Amazônia (PAS, 2006, p.32).

A diversidade social encontrada na Amazônia possui certo grau de antagonismo, dado que essas populações tradicionais amazônicas competem pelos mesmos recursos naturais, humanos, sociais, de infra-estruturas e institucionais (PAS, 2006, p.86).

Desta maneira, a dinâmica dos antigos projetos oficiais de desenvolvimento - que trataram a Amazônia como uma grande região homogênea -, não é considerada mais como uma abordagem adequada, visto que essa dinâmica regional gerara diferenças econômicas e sociais, inter e intra-regionais (PAS, 2006, p.87).

Entretanto, reconhece-se que algumas questões relativas ao planejamento podem ser tratadas em grandes agregados, mas outras especialmente quando exigem a participação de atores locais, demandam recortes específicos em espaços menores (PAS, 2006, p.87).

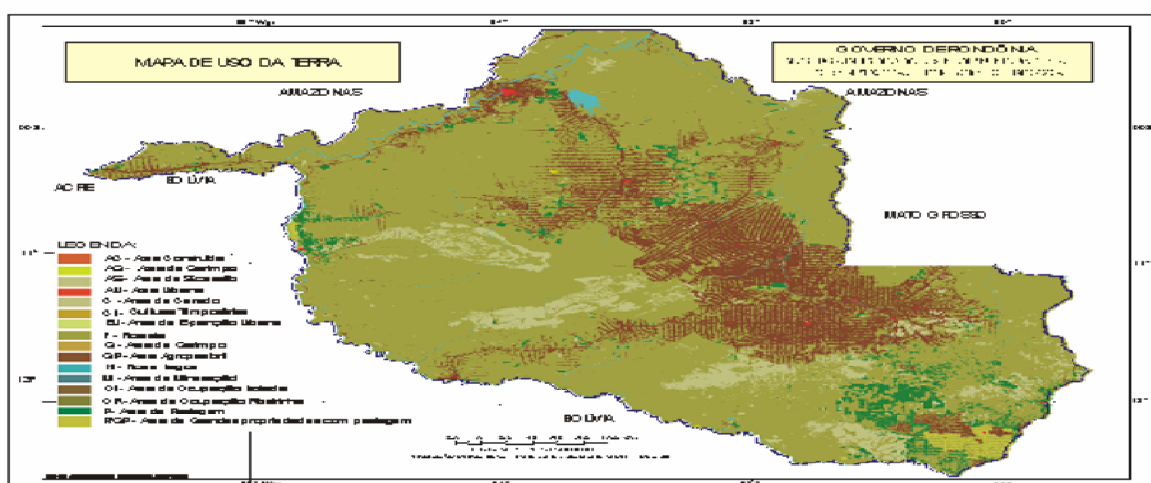
Deste modo, como uma maneira de se aprofundar e realizar recortes menores e específicos na região e também para que ocorra a análise sobre a diversidade social e econômica sub-regional e local das populações tradicionais amazônicas, ficara definida assim a problemática da pesquisa: após os projetos governamentais de desenvolvimento (mineração e colonização) inseridos na região, existe a

correspondência entre o perfil socioeconômico e o poder aquisitivo dos chefes de famílias que residem na região de Mutum - Paraná, distrito de Porto Velho no Estado de Rondônia?

Como ferramenta metodológica no propósito de efetuar a análise entre as similaridades e as dissimilaridades relativas ao perfil socioeconômico e ao poder aquisitivo das famílias de Mutum - Paraná, empregara-se às análises multivariadas (análises de correspondência múltipla (ACm) e *cluster análises*) (CARVALHO & STRUCHINER, 1992, p.73), atrelada à utilização do software estatístico (XLSTAT, 2007) sobre o banco de dados obtidos mediante ao recenseamento realizado sobre a área de formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Jirau.

Assim sendo, ratifica-se então, que os antigos programas oficiais de desenvolvimento que incidiram na Amazônia seguiam uma política que atuava sob a ótica capitalista, os quais não consideraram a complexa rede de organização social das famílias amazônicas que há muito antes habitavam essa mesma região, promovendo assim, uma política de crescimento econômico geradora de exclusão e desigualdade, desarticulando toda essa complexa organização social das populações tradicionais da Amazônia.

Atualmente, porém, com a criação do Plano Amazônia Sustentável de 2006 (PAS) as discussões sobre populações tradicionais amazônicas emergem sobre um outro rumo, tendo em vista a grande preocupação governamental com a destruição rápida dos ecossistemas e consequentemente de várias culturas tradicionais existentes na Amazônia.



**Figura. 01- Mapa do Uso da Terra no Estado de Rondônia:** definição da organização espacial do Estado de Rondônia na sua atual conjuntura após os projetos oficiais de desenvolvimento que incidiram na região do Estado de Rondônia.

## **1.1. BREVE HISTÓRICO SOBRE A POLÍTICA DOS PROGRAMAS OFICIAIS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA DURANTE O SÉCULO XX.**

Para se entender o processo político que influenciara a organização administrativa dos programas oficiais de desenvolvimento na Amazônia nas décadas de 60 e 70, deve-se primeiramente ressaltar todo o contexto histórico e político do governo na época em que estes programas foram desenvolvidos. Antes mesmo do período militar, ocorrera todo um planejamento político nas bases delegando poderes para o Governo Federal instituir políticas públicas que promovessem o desenvolvimento econômico em caráter regional.

Porquanto, no governo de Eurico Gaspar Dutra após a promulgação da Constituição de 1946, dava-se o início a discussão sobre Estado e Planejamento, criando a estruturação política, administrativa e jurídica dos órgãos administrativos, com o intuito de facilitar a tarefa do governo em coordenar, planejar e executar políticas públicas de desenvolvimento.

É a partir da Constituição de 46 que acontecem as três primeiras experiências de planejamento regional no Brasil, através da criação da Comissão do Vale do São Francisco em 1948, da Política da Valorização da Amazônia, em 1952, e da implantação da Sudene, em 1958 (BRITO, 2000, p.14).

Em 1952, Getulio Vargas cria a Política de Desenvolvimento Econômico para a Amazônia, a PVEA – e como consequência em 1953 cria-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), política de desenvolvimento que não apresentara resultados que apontassem uma melhora da região. A partir daí, criara-se o conceito da "Amazônia Legal" e com ela surge à nova entidade social: o homem amazônico.

Já na década de 60, durante o período militar, é criada através da lei nº 5.173, a "Operação Amazônia", expedição de reconhecimento que tinha como propósito a redefinição político-institucional da região. A "Operação Amazônia" tinha como diretrizes básicas, criar uma nova política regional que estabelecesse novos pólos de desenvolvimento com grupos de populações estáveis e auto-suficientes (especialmente nas áreas de fronteira), estimular a imigração através de incentivos do capital privado, desenvolver infra-estrutura e pesquisar o potencial dos recursos naturais da Amazônia. Em consequência dessa operação (Tabela1) criaram-se as superintendências responsáveis pela administração dos pólos de desenvolvimento

nas regiões norte, nordeste e centro-oeste (SUDAM, SUDENE, SUDECO e SUFRAMA).

Sobre o assunto Maciel (2004, p 84) enfatiza que:

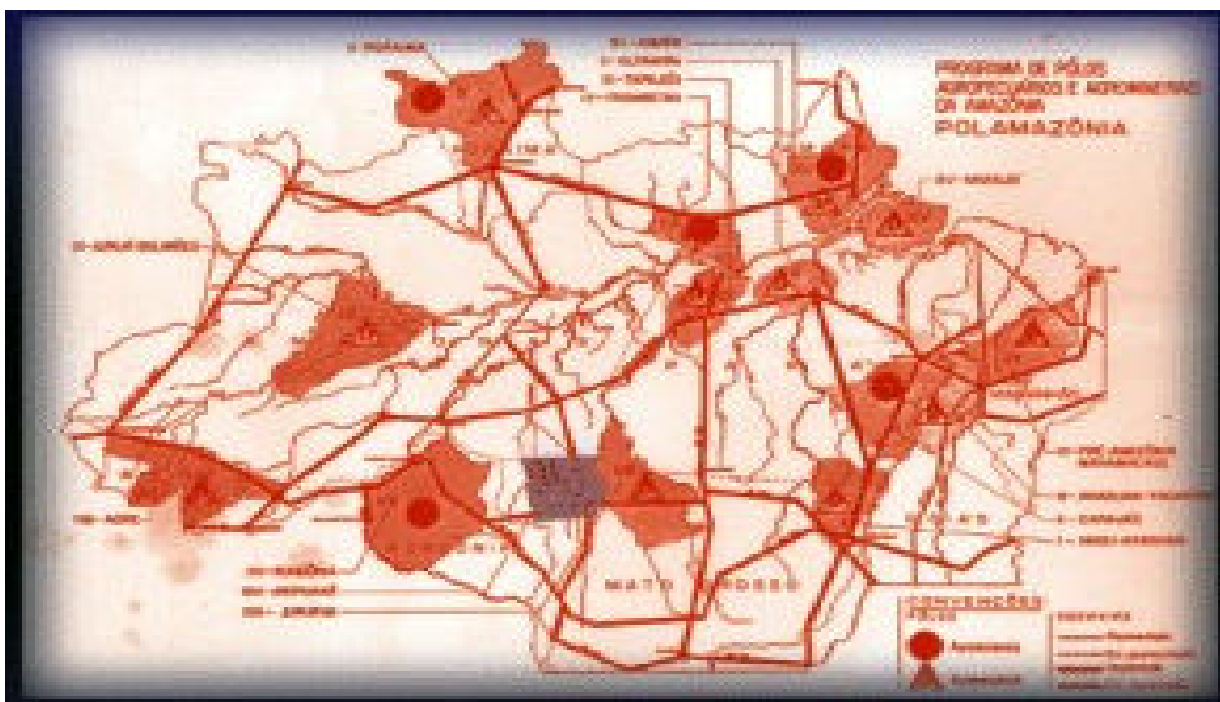
[...] quando se nota que a divisão dos diversos mercados pelas agências de desenvolvimento (SUDAM, SUDENE, SUDECO e SUFRAMA) leva não só em consideração o peso político das oligarquias estaduais e a função que cada área-programa assumiria no programa integral, mas também o interesse dos investimentos externos prioritários, se enclaves industriais (Amazonas), se grandes projetos agro-minerais (Pará), se grandes projetos agropecuários (Mato Grosso e Goiás), ou se colonização estratégica para reforma agrária (Rondônia). Notadamente, as agências de desenvolvimento, nesse contexto, serão meros organismos executores, conforme se pode comprovar por seus próprios relatórios e avaliações.

Vários órgãos foram instituídos em consequência desse novo quadro político-institucional, entre os quais: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dando continuidade a essa política de ampliação. Ainda em 1970, fora criado o Programa de Integração Nacional (PIN) que "federalizava" a porção substancial dos territórios estaduais a título de segurança e desenvolvimento nacional (Decreto-Lei nº. 1.106, de 16/06/70, para o período 71-74; D-L nº. 1.243, de 30/10/72, para 74-78). Como decorrência dessa federalização, em 1971, criara-se o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste (PROTERRA). O INCRA fora responsável pela execução dos projetos de colonização, que tinham por objetivo fazer valer a ocupação das margens das rodovias amazônicas.

Sobre o assunto Amaral (p. 52, 2004) define que:

No mesmo ano de criação da SUDAM, o banco de crédito da Amazônia S/A, passou a se denominar Banco da Amazônia S/A - BASA, aprimorando os instrumentos econômicos, creditícios e fiscais, demonstrando o interesse estatal pela região. Esses órgãos passaram a coordenar os empreendimentos públicos e privados da Amazônia. Também foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em 1970 de acordo com as metas do Plano de Integração Nacional. Em 1971 cria-se o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste (PROTERRA). Para completar o quadro de integração, na década de setenta foi construída a malha rodoviária da Amazônia, passando, de um sistema de transporte eminentemente fluvial, para as grandes estradas, a exemplo da Transamazônica. Foi através desses eixos vários que se deu o processo intensivo de ocupação da "fronteira", via projetos de colonização agrícola.

Além disso, como parte da política de colonização na Amazônia, o governo militar fomentara ainda mais a política de criação de Pólos de Desenvolvimento, como parte integrante do PIN, fizera-se surgir na região o POLOAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) que prevera uma ampla pesquisa e a utilização dos recursos minerais da região. A cassiterita fora o principal minério extraído do Estado de Rondônia nesse período.



**Figura. 02- Mapa do POLOAMAZÔNIA:** finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em 15 áreas selecionadas e espacialmente distribuídas na Amazônia Legal.

Sobre o assunto Maciel (2004, p. 30) enfatiza que:

De fato, a década de 70, preparada pelo governo militar na década de 60, se caracteriza pela penetração do grande capital na Amazônia, que, todavia, não se dá da mesma maneira em todos os lugares, ainda que o movimento fosse o mesmo. Essa penetração se dá através de enclaves minerais, tais como Carajás-PA, Serra do Navio-AP, Bom Futuro-RO, Presidente Figueiredo-AM; dá-se através de Zonas Francas, tal é o caso de Manaus, e de zonas de livre comércio, nas divisas de Rondônia, Acre e Amapá; dá-se ainda sob a forma de frentes de ocupação em territórios integrados ao mercado nacional, tal é o caso de Mato-Grosso do Sul e Goiás, e sobre territórios não integrados, particularmente Pará, Mato-Grosso e Rondônia.

De certa forma, é a partir do (PIN) - política de desenvolvimento que direcionava o crescimento econômico na Amazônia dentro da ótica capitalista -, que

se definirá as diretrizes do governo na região de Mutum - Paraná, no Estado de Rondônia, favorecendo as grandes empresas mineradoras (nacionais e internacionais) na exploração de reservas naturais de estanho (cassiterita); e fomentando os projetos de colonização agrícola que tinham como prioridade a execução das políticas de ocupação e de desenvolvimento na Amazônia (PICs, PADs, PARs, entre outros). Contudo, os processos de extração de cassiterita e de colonização não ocorrem de forma simultânea na região de Mutum - Paraná já que o processo das grandes empresas mineradoras começara na década de 70, enquanto o processo de inserção de políticas agrícola ocorrera a partir da metade da década de 90.

Ratifica-se então, que mesmo após todos esses projetos de desenvolvimento que ocorreram durante o século XX, no contexto da Amazônia, nenhum deles tinha como diretriz atuar no âmbito social, tendo em vista que os mesmos não proporcionaram através de planejamento uma proposta que levassem em consideração as organizações sociais das famílias residentes na região anteriormente a esses projetos de desenvolvimento, inviabilizando assim, quaisquer propostas de institucionalização de políticas públicas que gerasse ampliação tanto econômica quanto social às famílias residentes na região de Mutum - Paraná.



**Figura. 03 - Mapa do Aproveitamento Mineral e Fluvial no Estado de Rondônia:** definição das unidades dos principais rios e portos e das reservas de minério (ouro e estanho) na região do Estado de Rondônia.



**Tabela. 01 - Demonstrativo dos Programas de Desenvolvimento Para a Amazônia a Partir da Década de 60.**

Ordem	Sub - Ordem	Planos, Programas, Projetos, Decretos	Finalidade	Relação com Rondônia
01		<b>Grupo de Estudos</b> para Reformulação da Política Econômica da Amazônia – Decreto 1965	Definir objetivos da nova política e redigir legislação. Resultado: Operação Amazônia	
02		<b>Operação Amazônia</b> (conjunto de Leis entre 1966 e 1967)	1) Industrialização, via subst.de import. 2) Ocupação p/ imigração	
	01	Lei nº 5.173, de 27/10/66 Decreto nº 61.330, 11/09/67,	Atentar p/ Pólos e Ocupação das Fronteiras Integração da Amazônia	
	02	<b>Estrutura Administrativa: SUDAM</b> (lei nº. 5.173, 27/10/66), BASA (lei nº. 5.122, de 28/09/66)		
	03	<b>SUFRAMA</b> (decreto-lei nº. 288, de 67).	Pólo de Desenvolvimento p/ Amazônia Ocidental	
03		<b>Planos da SUDAM</b> – 1967-70 - Não foram operacionalizados (M, 25)	Implementação das leis	
	01	<b>I Plano Quinquenal de Desenvolvimento</b> (decreto nº60. 296, de 03/03/67)	Implementar Subst. de Import e ocupação Humana da região	
	02	<b>I Plano Diretor (1968/70)</b> Embora não tenha sido sancionado, é muito importante. Por indicar novos caminhos	Solicita mudança de estratégia (nem borracha nem rodovia), e seleção de projetos p/ Amazônia Ocidental.	
04		<b>PIN - Programa de Integração Nacional</b> (D-L nº 1.106, de 16/06/70, para o período 71-74; D-L nº 1.243, de 30/10/72, para 74-78). M,31	Financiar transamazônica e Santarém-Cuiabá, irrigação no nordeste e Assentamentos planejados (médio prazo). Segurança nacional (32)	Recursos e incentivos fiscais
		<b>PROTERRA</b> – Programa	Facilitar a aquisição de	

05		de Redistribuição de Terras e de Estimulo à Agroindústria do norte e nordeste (D-L nº1.178, 06/07/71)	terras, melhorar as condições do trabalho rural e promover a agroindústria na Amazônia e nordeste.	
	03	<b>I Pdam</b> – Plano de Desenvolvimento da Amazônia – 1972/74	Pormenoriza as linhas mestras do I PND (70% p/ transporte. e colonização) + Proj.RADAM Prioridades: agricultura racional e pecuária (não a indústria e ao extrativismo)	
07		<b>II PND 1975/79</b>	Cont. da filosofia do I PND Novidade: “fronteira de recursos” “a integração, a ocupação produtiva do espaço amazônico e Centro-Oeste, e a redução das desigualdades inter-regionais Institui Programas Especiais, entre os quais o POLAMAZÔNIA.	
08		<b>POLOAMAZÔNIA</b> p/ o período 75-79 (Decreto nº 74.067, de 29/09/74, ou Decreto nº 74.607, de 25/09/ 74).	Criação de 15 pólos de crescimento Elaborar e programar o PDI de cada pólo (área-programa)	<b>Ver figura 1.</b>
	04	<b>II Pdam</b> – Plano de Desenvolvimento da Amazônia – 1975/79	Detalhamento do II PND Melhorar as colônias e distribuir títulos de propriedade. Início da preocupação com meio ambiente	
		<b>III PND 1980-1985</b>	Preserva POLAMAZÔNIA	Incorporação como “nova fronteira” e asfaltamento da BR 364
	01	RELATÓRIOS de 1968 sobre as dificuldades da SUDECO	Ponto Import: <b>indefinição da área de atuação</b>	NR nº 76: Rondônia é incorporada em 20/06/68, Lei nº 5.457

	02	PLADESCO/SUDECO – Plano de desenvolvimento econômico-social do centro-oeste (1º Plano da SUDECO)	Seleção de 13 áreas para a colonização sustentada no binômio produção-eficiência (grandes fazendas no cerrado) <b>Mudança de rumo, a partir de 1973.</b> Os estudos desse plano originam os Programas Especiais do II PND, a partir de 74	Uma das 13 é Ji-Paraná
CO-2		PRODOESTE (DL 1.192, de 08/11/71)	Viabilizar a circulação das mercadorias, do capital e das pessoas, <b>no período 72-74.</b> Rede Rodoviária Regional	Iniciou a pavimentação da <b>BR 364</b> , somente inaugurada com o POLONOROESTE, em <b>13/09/84</b>
		POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil Decreto nº 8.029, de 27/05/81	Asfaltamento da BR 364 Preocupação com o ambiente Preservação das Comunidades Indígenas	
CO-1		SUDECO (Lei nº 5.365, de 1º/12/1967, instalada em 25/01/68)		
	01	RELATÓRIOS de 1968 sobre as dificuldades da SUDECO	Ponto Importante: indefinição da área de atuação	NR nº. 76: Rondônia é incorporada em 20/06/68, Lei nº. 5.457
	02	PLADESCO/SUDECO – Plano de desenvolvimento econômico-social do centro-oeste (1º Plano da SUDECO)	Seleção de 13 áreas para a colonização sustentada no binômio produção-eficiência (grandes fazendas no cerrado) Mudança de rumo, a partir de 1973. Os estudos desse plano originam os Programas Especiais do II PND, a partir de 74 .	Uma das 13 é Ji-Paraná Sudeco-tese (p.86)

## **1.2. AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS FRENTE AOS PROJETOS OFICIAIS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA DURANTE O SÉCULO XX.**

Após os projetos oficiais de desenvolvimento que introduziriam na Amazônia uma política de crescimento econômico que se enquadrava dentro dos moldes do mercado capitalista, fora dado origem a um processo inverso ao que se esperava pelo Governo Federal, visto que, grande parte da população amazônica possui (de certa forma) uma herança indígena, amparada sob uma organização social complexa e diferenciada. Deve-se ter em mente que o planejamento do Estado brasileiro nunca fora colocado em pauta à complexidade da rede organizacional, social e territorial das populações tradicionais amazônicas.

O processo de desarticulação da teia territorial e social das populações tradicionais ocorrera porque os programas oficiais de desenvolvimento não tratavam de recuperar, mas de introduzir uma nova estrutura econômica, substituindo uma economia envelhecida, apoiada apenas no extrativismo (BRITO, 2000, p.29).

Diegues (2001, p 100) sobre a questão define que:

Foi durante esse regime (1964 – 1984) que as formas tradicionais sofreram as maiores ameaças, frente às expansões das grandes propriedades particulares nacionais e internacionais, das empresas mineradoras em territórios pouco povoados como o amazônico.

Deste modo, o estado centralizado e autoritário procurava refazer o projeto de integração nacional, buscando impor um ritmo mais acelerado na modernização econômica da Amazônia, alterando consideravelmente a rede de organização social das comunidades tradicionais amazônicas. Reconhece-se, então, que a incorporação progressiva desta área, e de outras áreas parecidas, à esfera da economia moderna, repercute fundo em toda organização da vida social das populações tradicionais, com rupturas de equilíbrios nos planos econômico, social, psíquico, cultural e ecológico (CÂNDIDO, 1997, p164).

Entretanto, deve-se ressaltar que, mesmo arrastados cada vez mais para o âmbito capitalista, essas comunidades procuram ajustar-se ao que se poderia chamar de mínimo inevitável de civilização, procurando doutro lado, preservar o máximo possível das formas tradicionais de equilíbrio (CANDIDO, 1997, p.75).

É então no período pós 64 que a colonização agrícola e a mineração incidem em espaços anteriormente ocupados por nações indígenas e grupos de populações

tradicionais que tinham suas posses ao longo dos rios e dos territórios de Rondônia (AMARAL, 2004, p.43).

Porquanto, quando tentar se definir os valores econômicos dessas comunidades, será imprescindível conhecer e considerar com mais cuidado e profundidade os valores sociais das mesmas, utilizando-se desses valores como prerrogativa para desenvolver projetos que visem sua inclusão social, já que a sociedade moderna o reconhece como indicador de inclusão social o aumento do poder aquisitivo dos chefes de família. Para essas populações tradicionais, isso se apresenta de forma relevante, entretanto, além disso, a inclusão se entende mediante a manutenção das suas territorialidades e do seu coletivo e mostra-se que a regra de interesse dessas populações está voltada à necessidade da dádiva de doação e retribuição, respeitando a circulação de pessoas e os direitos coletivos (MAUSS, 1976, p.55).

Em maior ou em menor intensidade, existe a noção entre esses povos de que os recursos compartilhados devem ser usados com parcimônia, uma vez que deles dependem a reprodução social e simbólica do grupo (DIEGUES, 2001, p.22).

Certamente o ecossistema aonde as populações tradicionais vivem são territórios de vida e reprodução, aonde pessoas ao longo de gerações criam raízes e projetam expectativas, garantindo a manutenção de toda uma complexa rede organizacional (DIEGUES, 2001, p.69).

Sobre o assunto Sachs (2000, p.15) entende que:

Essas sociedades assinalam a sua produção a um conceito restrito que ela se proíbe de transpor, sob a pena de ver o econômico escapar do social e se voltar contra a sociedade, abrindo nela a brecha da heterogeneidade da divisão entre ricos e pobres, da alienação de uns pelos outros.

Essas populações foram contrárias à ótica das projeções governamentais que objetivavam a criação de políticas públicas de crescimento inserido no capitalismo e que na realidade não visava um real desenvolvimento econômico e social dessas populações amazônicas, corroborando que os projetos não levaram em conta a complexidade social e organizacional desses atores na Amazônia.

Sobre o assunto Maciel (2004, pág 39) enfatiza que:

Dessa maneira, portanto, a ocupação da Amazônia era um projeto do grande capital que, associado ao Estado do qual era criador,

devia ser transformada em espaço privilegiado para a acumulação capitalista.

Reconhece-se que no modo de vida social coletivo das populações tradicionais a natureza não atua como um domínio ou produção, diferenciando-se drasticamente do conceito de produção do modelo econômico moderno. O pensamento tradicional, através de muitos anos, criara uma relação de valores com o seu ecossistema que reproduz interação e reciprocidade com o seu coletivo. Os projetos oficiais de desenvolvimento provocaram não só a desarticulação na teia territorial, mas também a desarticulação do coletivo, da confiança e da relação com os seus recursos naturais sendo estas as garantias de territorialidade dessas comunidades.

O Plano Amazônia Sustentável (2006, p.46), do Governo Federal enfatiza sobre o assunto:

[...] a qualidade de vida de diversos grupos da população passa pela garantia de acesso aos recursos naturais (reconhecimento de suas territorialidades) e pela valorização de conhecimentos tradicionais sobre a sua utilização sustentável. Justo que a insegurança em relação à integridade de seus territórios, direitos de exploração, ou mesmo a relação à propriedade da terra induzem ao comportamento predatório no uso de recursos naturais e leva a abandono de projetos alternativos de existência de populações tradicionais.

Sobre este prisma, os projetos de ocupação territorial e de crescimento econômico do governo ao longo dos anos têm sido considerados apenas concentradores de riquezas, sobretudo em relação a essas populações tradicionais. Porquanto, as propostas antigas de desenvolvimento resultaram em dramática desigualdade na distribuição de renda entre pessoas e regiões. E a atual situação de mercado intensifica esse processo.

Portanto, é imprescindível perceber a Amazônia como um mosaico de territórios urbanos e rurais, onde se estabelecem conexões com a natureza, para a partir daí, promover uma discussão sobre a criação e institucionalização de políticas públicas em prol da inclusão social dessas populações tradicionais amazônicas.

E sob essa perspectiva da importância do reconhecimento da organização (social e econômica) das populações tradicionais na Amazônia é que a pesquisa visa analisar a existência de correspondência entre o perfil socioeconômico e o poder aquisitivo das famílias de Mutum – Paraná, distrito de Porto Velho no Estado de Rondônia.

## **CAPÍTULO 2**

### **A CONSTRUÇÃO DE UM REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA A COMPREENSÃO DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O PERFIL SOCIO-ECONÔMICO E O PODER AQUISITIVO DAS FAMÍLIAS DE MUTUM-PARANÁ**

Tendo em vista o objetivo da proposta do programa do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Rondônia que é a de ser um programa de pós-graduação interdisciplinar, aonde prevalece como o centro de suas prerrogativas e características a necessidade de construir e de exercitar métodos que fomentem essa mesma interdisciplinaridade dentro da comunidade científica. Por esse viés, decidira-se durante a realização da pesquisa a utilização da ferramenta metodológica das análises multivariadas sobre o banco de dados das famílias de Mutum-Paraná, objetivando que ocorresse o processo de interação de um estudo interdisciplinar com a Estatística. Reconhece-se que a utilização dessa mesma ferramenta se mostrara de grande relevância na análise dos dados do perfil sócio-econômico e do poder aquisitivo das famílias de Mutum - Paraná e auxilia na promoção do exercício de métodos voltados para a identificação das querelas monetárias e de poderio, inter e intra-regionais da Amazônia.

O banco de dados utilizado na pesquisa, proveniente do formulário de pesquisa sócio-econômico fora desenvolvido pelas equipes técnicas da UNIR – Universidade Federal de Rondônia, de FURNAS Centrais Elétricas e da Leme Engenharia e aplicados junto às famílias do distrito de Mutum Paraná. O ano de referência considerado para os levantamentos realizados é 2004, uma vez que os trabalhos foram desenvolvidos desde os primeiros meses do ano, estendendo-se até o mês de janeiro de 2005. Os dados foram coletados em entrevistas feitas a chefes de famílias residentes e proprietários de terras situadas na área de formação do reservatório da Usina Hidrelétricas de Jirau.

Assim sendo, o problema metodológico da pesquisa ficara definido deste modo: a ferramenta metodológica que se utilizara sobre o banco de dados das famílias que residam na região de Mutum - Paraná, para que incida a fomentação da interdisciplinaridade e a identificação das diferenças socioeconômicas inter e intra-regionais da Amazônia fora desenvolvido de maneira satisfatória?

A ferramenta metodológica utilizada como proposta para a análise sobre os dados dessas famílias que residem na região de Mutum - Paraná, ocorrerá mediante as análises de correspondência múltipla e de agrupamento (*cluster analyses*) pertencentes às análises multivariadas (CARNEIRO *et al*, 2002, p.14). O software estatístico adotado para análise dos dados foi o XLSTAT (2007).

## **2.1. HISTÓRICO DA ÁREA DE ESTUDO**

Localizado a margem esquerda do rio Mutum - Paraná, próximo à foz no Rio Madeira e a Cachoeira Três Irmãos, o distrito de Mutum - Paraná foi povoado a partir da instalação do Acampamento 28, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Entre 1907 e 1912, a área pertencia à empresa Júlio Muller Rubber, de propriedade de Percival Farquhar, dono da concessão da ferrovia. Posteriormente, se tornou a estação do posto telegráfico atuando no reabastecimento de lenha e de madeira às locomotivas da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. No auge do 2º ciclo da borracha, a vila foi um importante entreposto. Ali eram descarregadas mercadorias para os seringais e também embarcadas cargas da produção de borracha, castanha, carvão e cereais, rumo à Estação de Porto Velho. A região já era conhecida por seringueiros que subiam os rios em busca do látex, no 1º ciclo da borracha. A partir da década de sessenta a região de Mutum-Paraná passou a ser explorada por garimpeiros que estavam atrás da extração da cassiterita (e em seguida no fim da década de setenta a extração do ouro de aluvião no Madeira), porém a partir da década de setenta começa a entrada das grandes empresas mineradoras para a exploração da cassiterita por mais de vinte anos na região de Rondônia. Na década de noventa com a proibição do governo pelos impactos gerados na área, grande parte dos garimpos, tanto do ouro como da cassiterita, são fechados. Em seguida, ainda na década de noventa, ocorre a inserção na região do projeto de assentamento agrícola oficial São Francisco, tornando-se assim mais um projeto de política agrícola voltado para a colonização e desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Assim sendo, apesar da pequena dimensão do distrito de Mutum - Paraná e de sua pouca densidade demográfica, essa mesma região onde se localiza o distrito, se apresentava como o cenário ideal para execução da maioria dos projetos oficiais de desenvolvimento na Amazônia no século XX. Projetos de desenvolvimento



econômico que estavam intrínsecos aos: ciclos da borracha; pequenos e grandes projetos de mineração (ouro e cassiterita); aos assentamentos agrícolas; e aos projetos conservacionistas (unidades restritivas de conservação e de demarcação das terras indígenas) que advieram nessa região de Mutum - Paraná. Porém, ressalta-se aqui a notória falta de políticas públicas no amparo da população dessa região e que mesmo após todos esses projetos de desenvolvimento, a região de Mutum - Paraná se encontra ao abandono. Desta forma, portanto, Mutum-Paraná torna-se o cenário apropriado para a realização da análise sobre a presença de políticas públicas na Amazônia após os projetos governamentais de desenvolvimento que incidiram nessa região a partir da primeira metade do século XX.

## **2.2. PROJETOS OFICIAIS DE MINERAÇÃO E DE COLONIZAÇÃO NA REGIÃO DE MUTUM-PARANÁ**

Como se pode observar na seção anterior, a partir de 1970, Rondônia se insere no processo da política de integração do governo brasileiro impulsionados pelo PIN. Na região de Mutum-Paraná, esse processo se dá em duas etapas: a da mineração e a da colonização.

A exploração de cassiterita na região de Mutum iniciou-se a partir da década de sessenta sendo que nesta fase a extração era manual. No ano de 1970, através da Portaria Ministerial nº 190/70, o governo autorizou a mecanização da extração da cassiterita e proibiu a extração manual. Desta forma vieram para Rondônia as grandes empresas internacionais e nacionais de mineração (Paranapanema, Oriente Novo, Jacundá, Mibrasa, Taboca, Maçangana) que possuía setores de extração que chegaram a comportar mais de 20.000 pessoas e que utilizavam técnicas de última geração. Sendo o setor São Lourenço, pertencente à mineradora Oriente Novo, como responsável por explorar a cassiterita da região de Mutum - Paraná. Porém, na década de 90, a partir da Portaria Ministerial 180/91, a extração de cassiterita na Amazônia fora proibida. E como base para essa proibição fora tocado na questão dos intensos impactos ambientais provocados na região, e que requeria medidas para solucionar os problemas ambientais, fiscais e trabalhistas da área. Como consequência dessa estagnação da mineração e da falta da existência de políticas públicas básicas do governo, a região de Mutum - Paraná ficara ao abandono.

Como fora ressaltado antes, é a partir da "Operação Amazônia" na década de 60 que é criado o INCRA e com ele surgem os projetos de desenvolvimento voltado para a ocupação e colonização da Amazônia (PICs, PADs, PARs entre outros) e a região de Mutum-Paraná também fora o cenário para a inserção desses projetos, mesmo que a colonização somente tenha ocorrido nessa área em meados da década de 90 com a proibição da extração da cassiterita. Essa fora a proposta do governo como projeto de ocupação e desenvolvimento para a área. O projeto oficial de colonização na região seria o Projeto de Assentamento São Francisco. A realização do P.A. São Francisco, que se situa a margem direita do Rio Madeira no perímetro do km 39 do distrito de Mutum-Paraná fora criado através do INCRA ratificado pelo processo nº 21.600.000.940/95-71 na data 03/11/95 após processo de desapropriação da fazenda RIO MADEIRA, originando desta forma a criação de uma área de assentamento de mais de 7.868 ha sendo ela dividida em 117 parcelas, tendo em media área de 50 a 60 ha por lote, assentando mais de 100 famílias, oriundas do norte, sul, centro-oeste e nordeste do Brasil e alcançando uma meta de mais 90% de ocupação dentro do projeto, tendo como contingente mais ou menos de 500 pessoas. \*

\*(Dados cedidos pela Divisão Técnica Responsável pelo P.A. São Francisco–INCRA).

### 2.3. DADOS DA ÁREA DE ESTUDO

A localização da área onde ocorrera o mapeamento científico integra o território dos moradores das margens direita e esquerda do Rio Madeira e de seus afluentes nas zonas urbana e rural dentro do distrito de Mutum – Paraná no perímetro do km 166 do município de Porto Velho – RO. (Figura 3).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (dados básicos).

Os setores censitários considerados como referência para alguns dos resultados, obtidos na área de influência direta são aqueles localizados nas duas margens do Rio Madeira e dos seus afluentes, principalmente os rios Jaci-Paraná e Mutum-Paraná, no trecho onde haverá elevação dos níveis da água para formação do reservatório. Foram pesquisados 326 domicílios sendo 276 recenseados com uma população residente de 1.045 moradores. Sendo 172 domicílios na área urbana possuindo uma população residente de 696 moradores e 104 domicílios na área rural possuindo uma população residente de 349 moradores (Tabela 2).

**Tabela N. 02 – Demonstrativo dos Domicílios Pesquisados.**

Local	AHE Jirau	
	Domicílios	População
<b>Domicílios habitados e pesquisados</b>		
<b>Área urbana</b>		
- Jaci-Paraná	0	0
- Mutum-Paraná	172	696
<b>Povoados (área rural)</b>		
- Amazonas	0	0
- Teotônio	0	0
<b>Área rural</b>		
- Margem direita	87	289
- Margem esquerda	17	60
<b>Total dos domicílios pesquisados</b>		
- Área urbana	172	696
- Povoados (área rural)	0	0
- Área rural	104	349
- Total	276	1.045
<b>Domicílios habitados e não pesquisados</b>	11	42
<b>Domicílios de uso ocasional (lazer)</b>	5	0
<b>Domicílios desabitados</b>	34	0
<b>Total de domicílios identificados</b>	<b>326</b>	<b>1.087</b>

Fonte: FURNAS/UNIR, Recenseamento das famílias, 2004.

Mutum - Paraná tem a sua economia baseada no comércio, mantido pela circulação de dinheiro promovido pelas madeireiras. Durante as cheias do Rio Madeira, o Rio Mutum - Paraná fica represado e alaga cerca de 90% da área, obrigando a população a construir suas casas sobre palafitas. Não há água encanada e saneamento básico.

## **2.4. ANÁLISE MULTIVARIADA**

A compreensão de fenômenos físicos ou sociais dá-se através de uma coleta e análise de uma grande quantidade de dados de acordo com uma hipótese ou problemática, como geralmente os conjuntos de dados e variáveis são muito grandes, utilizam-se métodos estatísticos para obter informações úteis dessa massa de dados. Esses são chamados de métodos de análise multivariada. A análise multivariada atua como uma ferramenta metodológica analítica prática e eficiente no estudo da possível presença de correspondência entre o perfil socioeconômico e o poder aquisitivo das famílias residentes na região de Mutum - Paraná.

Portanto quando se pretende estudar um fenômeno complexo, com múltiplas variáveis, cujas relações e inter-relações se quer conhecer, estão indicadas como ferramentas analíticas as análises multivariadas (CARNEIRO *et al.*, 2007, p.15).

Assim sendo, empregara-se a análise de correspondência múltipla das análises multivariadas para produzir uma mostra estatística sobre o banco de dados das famílias de Mutum - Paraná, já que as técnicas estatísticas constituem-se uma parte integral da pesquisa científica e em particular as técnicas multivariadas têm sido regularmente aplicadas em várias investigações científicas nas áreas da biologia, física, ciências humanas e ciências médicas promovendo assim, a oportunidade de estudos interdisciplinares (SILVA & PIRES, 2002, p.2).

## **2.5. ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA (ACM):**

A ACM é uma das técnicas de análise multivariada que possibilita avaliar simultaneamente um conjunto de variáveis categóricas, segundo sua intensidade e grau de associação entre elas (SILVA & PIRES, 2002 p.09). Os resultados estatísticos oriundos da ACM são: uma ampla tabela de freqüências conhecidas como tabela de Burt, e uma representação gráfica simplificada dos dados. Esta representação gráfica pode ser mostrada em dois ou três eixos ou dimensões. Em duas dimensões, pode-se observar o padrão de associação em plano relacional, e em três, em um espaço relacional. Tendo como objetivo estudar as relações e semelhanças existentes entre linhas e colunas da tabela de contingência obtida nas análises descritivas e representá-las graficamente, proporcionando uma interpretação simples dos resultados (AMARAL, 2003 p.17).

A análise de correspondência é especialmente indicada para descrever matrizes com grande volume de dados discretos e sem uma estrutura claramente definida *a priori*. Este método permite a visualização das relações mais importantes de um grande conjunto de variáveis entre si (CARVALHO & STRUCHINER, 1992 p.13).

## **2.6. A COLETA DE DADOS E AS VARIÁVEIS**

Os dados utilizados que serviram para definir os indicadores socioeconômicos e os indicadores do poder aquisitivo foram classificados como dados qualitativos e semiquantitativos. Como grande parte dos dados analisados trata-se de dados qualitativos e discretos tem-se então que categorizá-los, transformando-os em números binários para que o software possa realizar a análise. Para isso, abre-se uma planilha individual do programa para cada uma das variáveis e com a ferramenta "Tabela Dinâmica" do programa Excel realiza-se essa transformação enquanto simultaneamente organizam-se as variáveis. Assim sendo, dados qualitativos são atributos. Pois para cada objeto só há uma alternativa, possuir ou não possuir um determinado carácter. É uma resposta em sim ou não, em tudo ou nada, em 1 ou 0, ou seja, transformando-os em dados binários (VALENTIM, 2000 p.63).

A categorização dos dados trata-se do processo mais delongado e atribulado da análise, pois exclusivamente com a utilização desses dados categorizados que será possível analisar as similaridades e dissimilaridades através das análises de correspondência e agrupamento pelo software.

Os dados semiquantitativos são dados oriundos de variáveis quantitativas codificadas por meio de valores crescentes. Essa codificação se torna útil quando, por razões metodológicas, há impossibilidade de se medir com precisão a variável quantitativa (VALENTIM, 2000, p. 53).

Na pesquisa não seria possível analisar a variável "renda" sem o recurso dos dados semiquantitativos. Para isso, agrupam-se as famílias e a renda dessas mesmas famílias organizando-as dentro da tabela dinâmica em três categorias:  $0 < 1$  SM,  $1 < 3$  SM e  $> 3$  SM. Mais uma vez com a ajuda da tabela dinâmica agrupam-se todas as famílias em ordem e desta forma consegue-se uma tabela pronta para a

análise do software estatístico, definindo assim, dentro da planilha as famílias de acordo com a renda categorizada. (tabela 3).

Assim sendo, reconhece-se que a análise de correspondência é uma técnica estatística exploratória utilizada para verificar associações ou similaridades entre variáveis qualitativas ou variáveis contínuas categorizadas (CORRÊA & VASCONCELOS & ASSIS, 2007 p.89).

Para que a análise de correspondência entre o perfil socioeconômico e o poder aquisitivo dos chefes de famílias de Mutum - Paraná ocorra de maneira satisfatória, escolhem-se algumas variáveis que atuem como indicadores do poder aquisitivo e do perfil socioeconômico dessas famílias, essas variáveis são definidas como determinantes. (CARVALHO & MARZOCCHI, 1992 p.11).

## **2.7. INÉRCIA**

Quando se utiliza a análise de correspondência múltipla para a análise dos dados, primeiramente, deve-se entender o grau da inércia que representa o padrão de associação entre as variáveis analisadas. O termo inércia ajustada identifica as similaridades e associações sobre a análise de dados qualitativos, pois, quanto maior a similaridades e associações na análise das variáveis menor será sua deformação junto à tabela matriz dos dados. A intensidade do padrão de associação está relacionada ao percentual de inércia alcançado neste procedimento, e que depende das características dos dados em análise. À medida que se inclui uma nova dimensão na ACM, aumenta-se numericamente o percentual de inércia (CORRÊA & VASCONCELOS & ASSIS, 2007).

Para obter planos que representem à configuração das categorias de associações das variáveis no espaço, calcula-se um conjunto de eixos fatoriais, cada um maximizando uma parcela da variabilidade dos dados. Organizado as variáveis e as famílias que serão analisadas, agrupam-se as mesmas na planilha do programa estatístico e seleciona-se a ferramenta Analise de Correspondência múltipla - ACM. Da análise destes resultados, será possível identificar padrões de associações existentes entre as variáveis e as famílias analisadas.

### CAPÍTULO 3

#### APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O PERFIL SOCIO-ECONÔMICO E O PODER AQUISITIVO DAS FAMÍLIAS DE MUTUM-PARANÁ

**Tabela. 03 – Demonstrativo das Variáveis da Coleta de Dados.**

Variáveis	F1	F2
0 a <1 SM	-0,733	0,335
1 a < 3 SM	0,447	-0,053
> 3 SM	0,009	0,374
Pesca	0,483	-0,052
Extrativismo	0,708	0,095
Televisão	0,800	-0,025
Automóvel	0,336	0,725
Fogão/Gás	0,493	-0,375
Geladeira	0,740	0,027
Radio	0,658	0,053
Parabólica	0,991	0,067
Telefone	0,456	0,877
Barco Motor	0,494	0,387
Energia Elétrica	0,435	-0,297

Como exemplo dessas variáveis determinantes utilizou-se a renda (classificada de forma semiquantitativa): 0 a < 1 salário mínimo, 1 a < 3 salários mínimos e > 3 salários mínimos. E para a análise de indicadores do perfil socioeconômico desses mesmos chefes de famílias foram escolhidas as variáveis (classificada de forma qualitativa) que apontasse acesso a políticas públicas básicas como, por exemplo: informação radiofônica; informação televisiva; telefonia; energia elétrica; transporte motorizado; eletrodomésticos; e indicadores que aponte sua territorialidade, como por exemplo, a utilização dos recursos naturais de sua região.

No demonstrativo das variáveis apresentam-se os pesos de cada variável escolhida dentro do processo da análise de correspondência múltipla.

**Tabela 04 - Coordenadas Principais:**

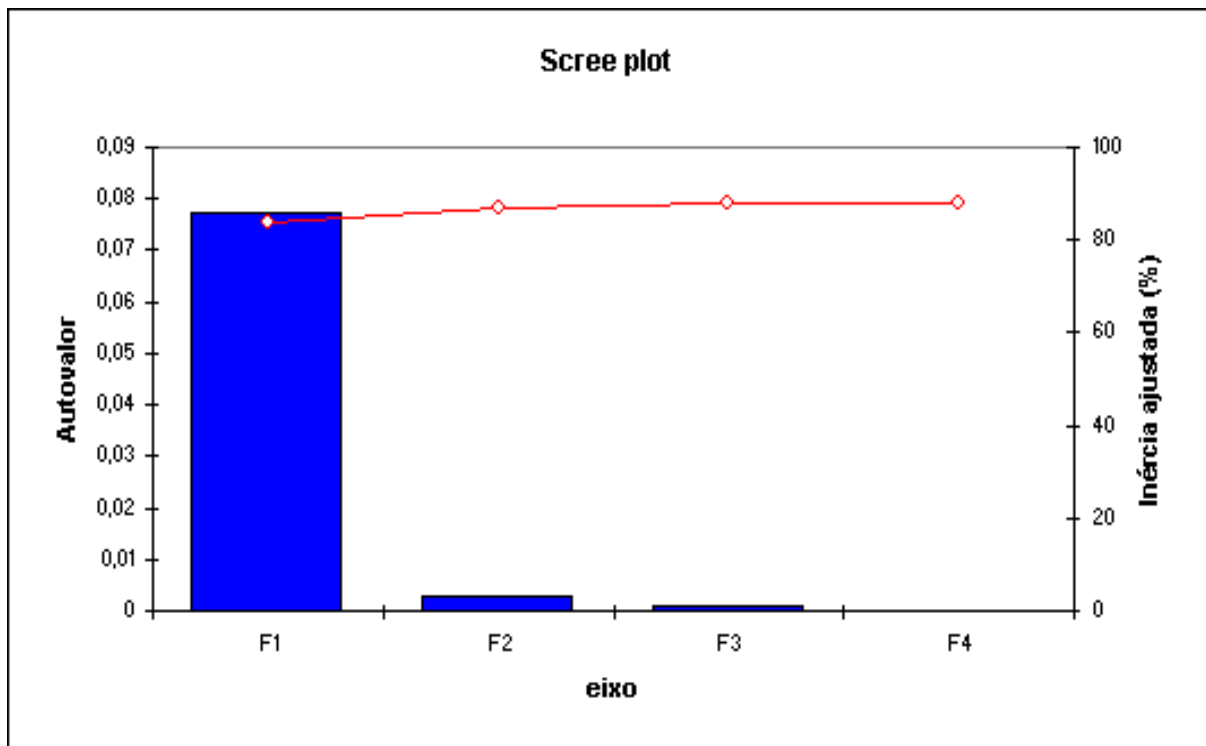
(Variáveis):	F1	F2
0 a < 1 SM-0	0,625	-0,286
0 a < 1 SM-1	-0,733	0,335
1 a < 3 SM-0	-0,267	0,628
1 a < 3 SM-1	0,447	-1,053
> 3 SM-1	1,011	1,374
> 3 SM-0	-0,212	-0,289
Pesca-0	-0,285	0,031
Pesca-1	0,483	-0,052
Extratativismo-1	0,708	0,095
Extratativismo -0	-0,120	-0,016
Televisão-0	-0,751	0,012
Televisão-1	0,800	-0,012
Automóvel-1	1,134	1,173
Automóvel-0	-0,177	-0,183
Fogão Gás-1	0,493	-0,137
Fogão Gás-0	-1,195	0,333
Geladeira-1	0,740	0,027
Geladeira-0	-0,854	-0,031
Radio-1	0,658	0,105
Radio-0	-0,546	-0,087
Parabólica-0	-0,668	-0,049
Parabólica-1	0,912	0,067
Telefone-0	-0,022	-0,013
Telefone-1	1,456	0,877
Barco Motor-1	1,149	1,382
Barco Motor-0	-0,112	-0,135
Energia Elétrica-0	-1,021	0,303
Energia Elétrica-1	0,435	-0,129

Na tabela das coordenadas principais (tabela 4) (após a categorização das variáveis) aponta-se o padrão entre as similaridades dessas mesmas variáveis, definindo assim, a presença e a ausência das variáveis escolhidas em relação às famílias pesquisadas. O resultado da análise começa a ser definida a partir dessa tabela de dados, pois os dados categorizados apontam as famílias que possuem a presença e ausência das variáveis tidas como determinantes.



**Tabela. 05 - Porcentagem da Inércia.**

Autovalores e porcentagens de inércia:	F1	F2
Autovalor	0,329	0,119
Inércia (%)	32,944	11,913
% acumulada	32,944	44,857
Inércia ajustada	0,077	0,003
Inércia ajustada (%)	83,992	2,871
% acumulada	83,992	86,863

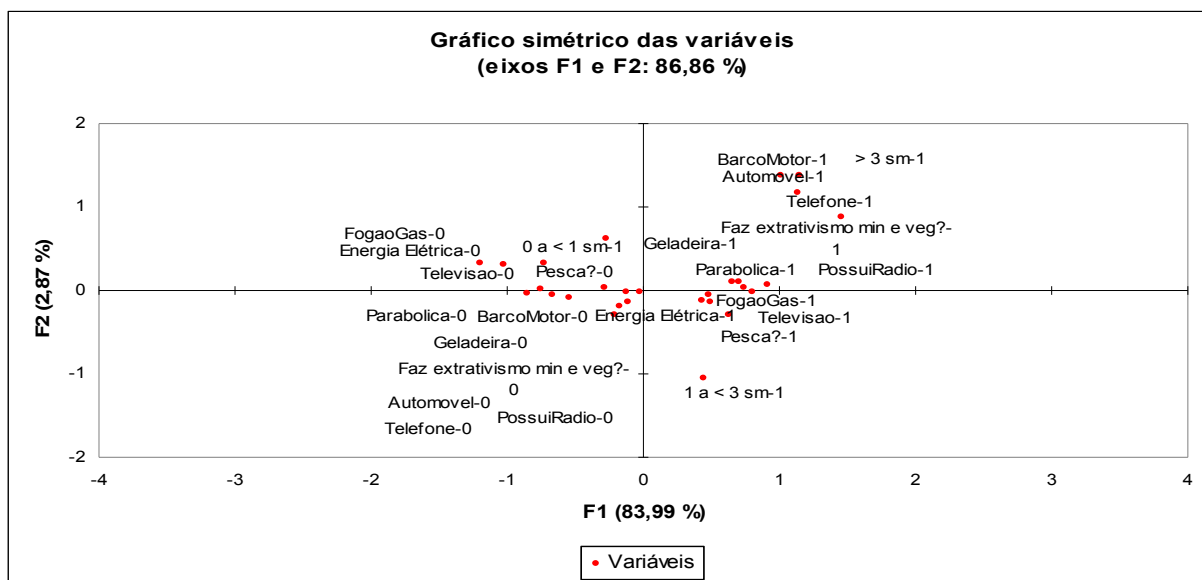


**Figura. 05. Gráfico de Porcentagem da Inércia (scree plot)**

O primeiro eixo da análise (F1) apresenta a inércia de 83,99 por cento e o segundo eixo (F2) apresenta a inércia de 2,87 por cento. A primeira dimensão é a de maior inércia. Desta forma dentro da análise sobre o banco de dados a porcentagem dos dois fatores alcança-se à inércia ajustada de 86,86 por cento (tabela 5 e figura 5).

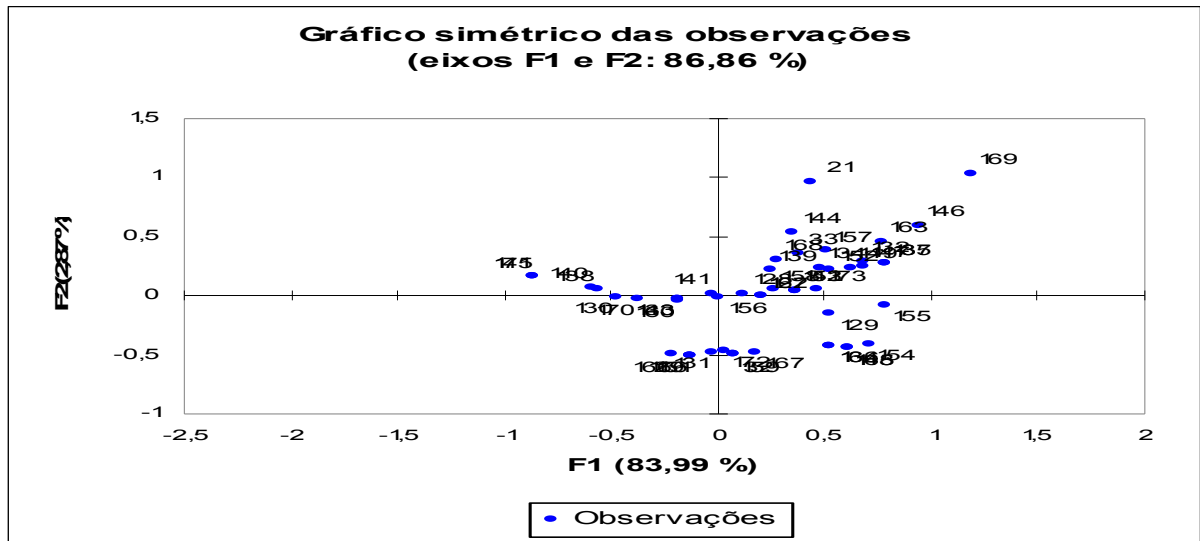
### 3.1. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Por meio de representação gráfica, as posições das categorias de cada variável no plano multidimensional poderão ser interpretadas como associações. (Figuras 6, 7 e 8). O conjunto desses eixos define o espaço multidimensional e, usualmente, pode-se utilizar uma dimensão perceptível, de até três eixos, para analisar a posição dos pontos no espaço. (CORRÊA & VASCONCELOS & ASSIS, 2007, p.09).



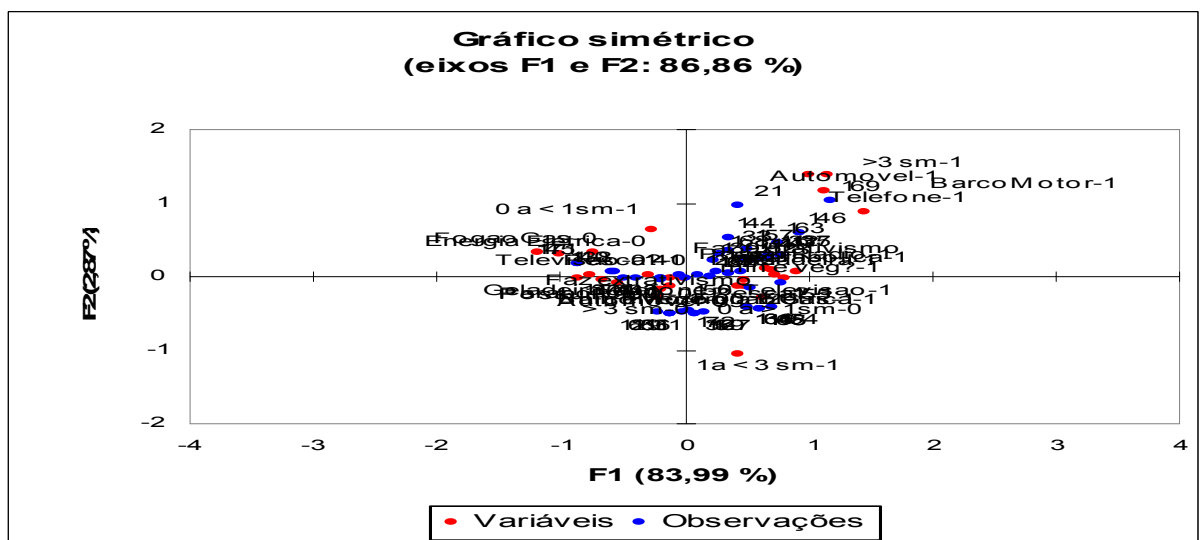
**Figura 6. Gráfico Simétrico das Variáveis Analisadas.** A representação gráfica dos planos das variáveis que representam à configuração das categorias das variáveis no espaço.

No primeiro gráfico simétrico da análise de correspondência múltipla apresentam-se apenas as variáveis selecionadas que serão distribuídas nos dois fatores (F1 e F2) demonstrando a partir dessas duas dimensões a observar o padrão de associação em plano relacional. Definindo assim, uma representação gráfica da associação em inclusão à similaridade e dissimilaridade da presença e ausência dessas variáveis em relação às famílias pesquisadas.



**Figura 7. Gráfico Simétrico das Famílias Analisadas.** Representação gráfica dos planos das famílias que representam à configuração das categorias das famílias no espaço.

No segundo gráfico simétrico da análise de correspondência múltipla organizam-se apenas as famílias analisadas que serão distribuídas nos dois fatores (F1 e F2) demonstrando a partir dessas duas dimensões o padrão de associação em plano relacional. Define-se assim, uma representação gráfica da associação em inclusão à similaridade e dissimilaridade da presença e ausência dessas famílias em relação às variáveis pesquisadas.



**Figura 8. Gráfico Simétrico das Variáveis e das Famílias Analisadas.** Representação gráfica dos planos das variáveis e das famílias que representam à configuração das categorias das variáveis e das famílias no espaço.

No terceiro gráfico simétrico da análise de correspondência múltipla apresentam-se simultaneamente as famílias com as variáveis analisadas, para então serem analisadas nos dois fatores (F1 e F2) demonstrando a partir dessas duas dimensões o padrão de associação em plano relacional e define-se assim, uma representação gráfica da associação da similaridade e dissimilaridade da presença e da ausência em relação às variáveis e as famílias pesquisadas.

### **3.2. ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OU *CLUSTER ANALYSES***

Dentro da mesma planilha onde fora realizada a análise de correspondência, seleciona-se as variáveis e utiliza-se a ferramenta *Cluster Analyses* e posteriormente seleciona-se o coeficiente jaccard de dissimilaridade e o programa estatístico organizará as famílias em grupos de acordo com essa dissimilaridade de variáveis. Deste modo, agrupar objetos consiste entre eles um grau de similaridade suficiente para reuni-los num mesmo conjunto. Os métodos de agrupamento devem poder destacar os grupos de objetos similares entre si (VALENTIM, 2000, p.87).

Cronologicamente para compor o agrupamento, se utilizará primeiramente a análise de correspondência múltipla aos dados, retendo, para a descrição dos resultados, as duas primeiras dimensões, que explicará através de um percentual a variabilidade dos dados (CARNEIRO *et al*, 2002, p.74).

Destarte, a análise de correspondência identificará padrões na relação entre as categorias dos dados socioeconômicos pesquisado. A técnica de análise de *cluster* produz este tipo de informação de forma a complementar a análise de correspondência múltipla corroborando para a robustez dos resultados dessa análise de correspondência (CORRÊA & VASCONCELOS & ASSIS, 2007 p.12).

Na tabela dos resultados por classe (tabela 6) se definem os grupos em relação à dissimilaridade das famílias e das variáveis estudadas. Três grupos são apresentados: o primeiro grupo composto por 182 famílias, o segundo grupo composto por 105 famílias e o terceiro grupo composto por 16 famílias.

E, alternativamente, as técnicas de análise de agrupamento têm por objetivo dividir um grupo original de observações em vários grupos, seguindo algum critério de similaridade ou dissimilaridade (CARNEIRO *et al*, 2002, p.59).

**Tabela 06. Resultados por classe:**

Classe	1	2	3
Objetos	182	105	16
Soma dos pesos	182	105	16
Variância intra-classe	2,470	1,147	1,063
Distância mínima ao centróide	1,092	0,615	0,563
Distância média ao centróide	1,547	0,995	0,954
Distância máxima ao centróide	2,333	1,946	1,522

### **3.2.1. DENDOGRAMA**

O passo final da análise de agrupamento será a interpretação do dendograma, para que ocorra a identificação das associações nos grupos de objetos analisados (Figuras 9 e 10) demonstrando uma representação gráfica que define as dissimilaridades entre as famílias mediante a deformação da matriz de dados. Será possível então, avaliar o grau de deformação provocada pela construção do dendograma calculando-se o chamado “coeficiente de correlação cofenético”. É o coeficiente  $r$  de Pearson, calculado entre os índices de similaridade da matriz original e os índices reconstituídos com base no dendograma (chamados valores cofenéticos). Quanto maior o  $r$  menor será a distorção. Obviamente há sempre um grau de distorção, pois o  $r$  nunca será igual a 1, mas a literatura considera aceitável um coeficiente cofenético superior a 0,8 (VALENTIM, 2000, p.77). À exceção dos métodos probabilísticos, pouco usados pela complexidade do algoritmo de cálculo, há uma grande parte de subjetividade na decisão de destacar e interpretar os grupos analisados (VALENTIM, 2000, p.69).

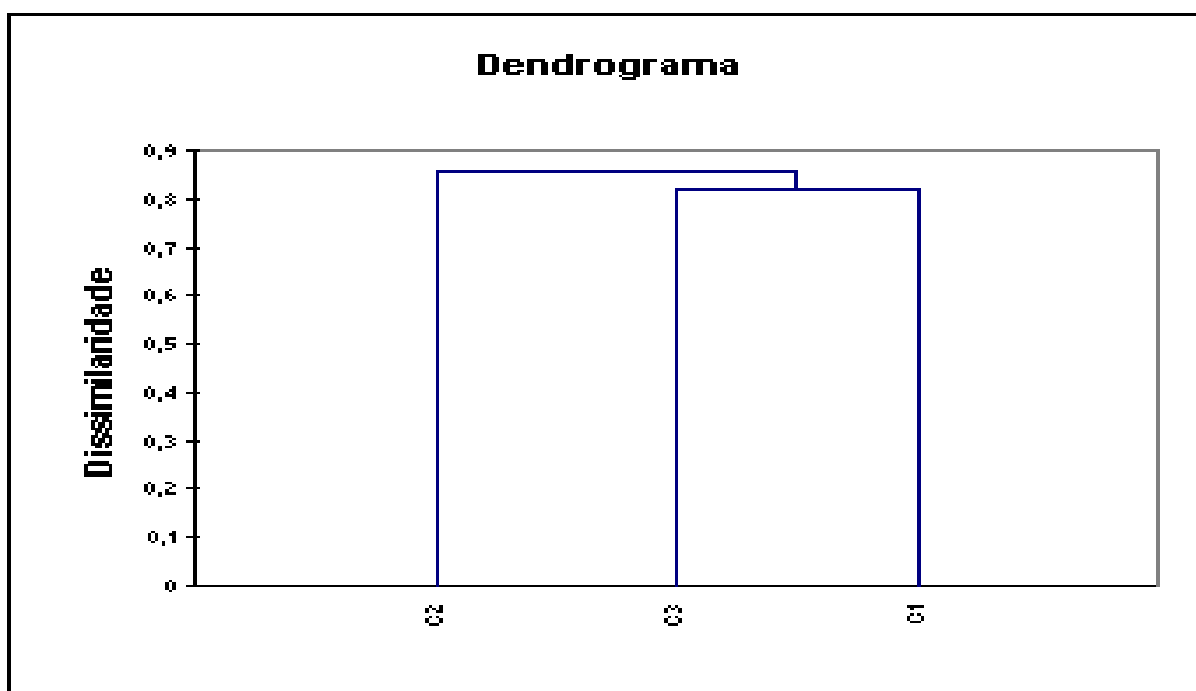


Figura 9. Dissimilaridade (GRUPO).

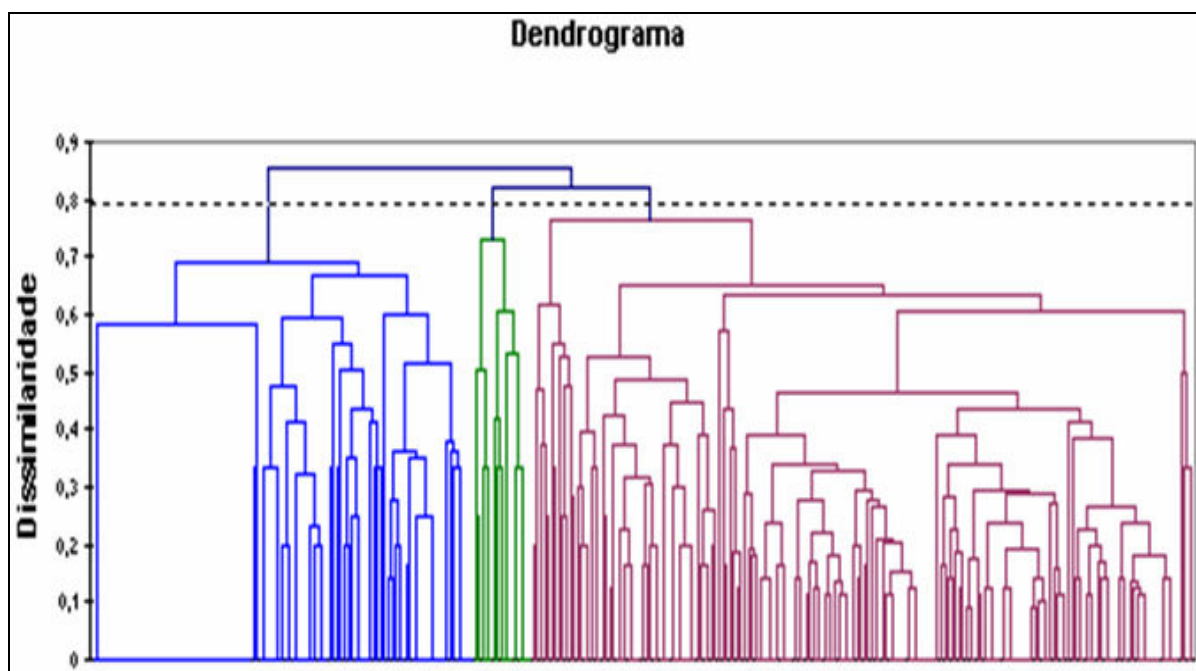


Figura 10. Dissimilaridade (GRÁFICO).

Nas figuras (9 e 10) apresentam-se os grupos e os gráficos formados com a análise de agrupamento que representam os grupos das famílias em relação as associações da dissimilaridade das variáveis selecionadas provenientes da análise de correspondência múltipla entre o perfil socioeconômico e o poder aquisitivo dessas famílias residentes em Mutum - Paraná.

### 3.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise de correspondência e a análise de *cluster* foram realizadas sobre a matriz dos dados referentes ao levantamento socioeconômico e ao recenseamento das 302 famílias dentro dos 276 domicílios pesquisados em Mutum-Paraná distrito do Município de Porto Velho – RO no período de 2004.

No banco de dados matriz apresentara-se o aspecto do perfil socioeconômico através dos dados secundários provenientes desse levantamento, pois o mesmo apontara à presença dos chefes de famílias mediante a renda definida deste modo: os que possuem renda de zero a um salário mínimo ( $0 \leq 1$  SM) correspondendo ao grupo com a maior presença de indivíduos (45,6%); os que possuem a renda de um a três salários mínimos ( $1 \leq 3$  SM) e correspondem ao grupo com a segunda maior presença de indivíduos (35,7%); e o grupo analisado que representa menor presença de indivíduos (18,7%) fora o grupo dos chefes de família com renda maior do que três salários mínimos ( $> 3$  SM).

Prontamente o perfil socioeconômico predominante nas famílias em relação às associações das similaridades e dissimilaridades de suas variáveis em correspondência do poder aquisitivo ficara definido deste modo: 60,2% chefes de famílias da população possuem renda entre (maior que zero) menos de um a três salários mínimos ( $0 < 1 \leq 3$  SM) e se apresenta como grupo de baixo poder aquisitivo; 34% possuem renda de um a mais que três salários mínimos ( $1 \geq 3$  SM) e se apresentam como o grupo de maior e melhor poder aquisitivo; e 5,8% dos chefes de famílias da população apresentam como grupo de pior poder aquisitivo, pois não apresentaram renda alguma (0). Desse total de chefes de família pesquisados apenas 38% afirmaram que pescam nos rios da região; 45% possuem rádio; dos 49% que possuem televisão 47% possuem antena parabólica, 53% possuem geladeira, 70% da população possuem fogão a gás e 70% possuem energia elétrica. Conseqüentemente, 2% da população apenas possuem acesso à telefonia, 8% possuem barco a motor, 12% possuem automóveis e que igualmente 14% apenas realizam extrativismo vegetal ou mineral;

## CONCLUSÃO

O propósito dessa pesquisa estava na necessidade do mapeamento no banco de dados das famílias residentes em Mutum – Paraná, que apontasse a possível correspondência entre o perfil socioeconômico e o poder aquisitivo dessas famílias amazônicas.

A análise de correspondência múltipla e a análise de agrupamento forneceram dados estatísticos que definiram um perfil socioeconômico diferenciado em relação ao poder aquisitivo apresentado no banco de dados das famílias residentes no distrito de Mutum-Paraná. Logo, mais da metade da população (60%) reflete uma parcela considerável de chefes de famílias que possuem características de baixo poder aquisitivo e com pouco acesso a políticas públicas, como por exemplo: telecomunicação, transporte motorizado, acesso aos seus recursos naturais, energia elétrica, informação radiofônica e televisiva, e que apenas menos da metade (34%) dos chefes de famílias que residem na região de Mutum possuem como características um melhor poder aquisitivo e conseqüentemente um maior acesso a políticas públicas e que pouco mais de 5% da população não apresentaram renda alguma.

Desta maneira, portanto, conclui-se que, apesar de a região passar por vários programas oficiais de desenvolvimento e que após a inserção das políticas de desenvolvimento no Estado de Rondônia, tais programas e políticas se mostraram ineficazes no amparo à população dessa região. Ratifica-se então, mediante a análise estatística, que essas políticas de desenvolvimento foram excludentes e fomentadoras de desigualdades.

A região de Mutum – Paraná atualmente se prepara para receber mais um projeto de desenvolvimento do Governo Federal (a construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Jirau) e espera-se que o presente estudo se mostre proveitoso - durante e após a construção do empreendimento - para a discussão sobre planejamento, criação e institucionalização de políticas públicas que gere desenvolvimento e inclusão social para as famílias residentes dessa região amazônica.



## REFERÊNCIAS

AMARAL, A.L. et al . Risk factors associated with suckling vice in post-weaning pigs. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.** , Belo Horizonte, v. 55, n. 5, 2003 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010209352003000500003&Ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010209352003000500003&Ing=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 Oct 2007.

\_\_\_\_\_. Risk factors associated with the reproductive performance in sows. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.** , Belo Horizonte, v. 52, n. 5, 2000 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-09352000000500013&Ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-09352000000500013&Ing=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 Oct 2007.

AMARAL, J.; 2007. **Os Latifúndios do INCRA**, Porto Velho: Ed. Universidade Federal de Rondônia.

\_\_\_\_\_.; 2004. **Mata Virgem Terra Prostituta**, São Paulo: Ed. Terceira Margem.

\_\_\_\_\_.; & BRITO G. **O Genocídio do Povo Oro-win in.:** LEMOS, M.R.T.B. & BAHIA, L.H.R.; 2000. **Percursos da Memória: Construções do Imaginário Nacional**, Rio de Janeiro: UERJ.

ARRUDA, R;1999. "**Populações tradicionais**" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação - Ambiente e Sociedade - SciELO Brasil [www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf)

BANDEIRA,M.L;1988. **Território Negro em Espaço Branco**. ed. Brasiliense, São Paulo.

BANDEIRA P.; 1999. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. IPEA – Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada, Ministério do Planejamento e Orçamento Brasília, ISSN 1415-4765.

BENATTI, J H.; MCGRATH DAVID G.; A. C.M. DE OLIVEIRA; 2003. **Políticas Públicas e Manejo Comunitário de Recursos Naturais na Amazônia**. - SciELO Brasil <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v6n2/a09v06n2.pdf>.

BEGOSSI, Alpina. Resiliência e Populações Neotradicionais: Os caiçaras da Mata Atlântica e os Caboclos da Amazônia In DIEGUES& MOREIRA. (org.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. 2001, NUPAUB/USP, São Paulo.

BEKER, K.B; & EGLER, C.A.G., 1994. **Brasil - Uma Nova Potencia Regional na Economia – Mundo**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRAGA, R. 2002. **Euclides da Cunha no Amazonas**, Manaus: Ed. Valer.

BRANDÃO, C. R.; 1990. **Pesquisa Participante**, São Paulo: Ed. Brasiliense.

BRITO, Daniel C. **A modernização da Superfície, Estado e Desenvolvimento na Amazônia**. 2000, UFPA/NAEA/PDTU. Belém

BOURDIEAU, P.; 2000. **Poder Simbólico**, Rio de Janeiro: Ed.Bertrand.

\_\_\_\_\_.;1987. **A Economia das Trocas Simbólicas**, São Paulo: Ed. Perspectiva.

CANDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio Bonito**. 1997, ed. 34 Ltda, São Paulo.

CARNEIRO, P.L.S. et al. Study on genetic divergence among broilers lines by multivariate analysis. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.** , Belo Horizonte, v. 54, n. 1, 2002.Disponívelem:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010209352002000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010209352002000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 Oct 2007.

CARVALHO, Marília Sá; STRUCHINER, Cláudio José. Análise de correspondência: uma aplicação do método à avaliação de serviços de vacinação. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 1992. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X1992000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1992000300008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 Out 2007.

\_\_\_\_\_ ; MARZOCCHI, Keyla B. F.. Assessment of epidemiological surveillance practice in the public health services of Brazil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 26, n. 2, 1992. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003489101992000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489101992000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 Oct 2007. doi: 10.1590/S0034-89101992000200002

CEMIN, A. B. 1992. **Colonização e Natureza**, Porto Alegre: URG.

CUNHA, M. C.; *et al.* 2001. **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**, São Paulo: Instituto Socioambiental.

DE OLIVEIRA, R. C.; 1976. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**, São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.

DIEGUES, Antonio C.; Repensando e recriando as formas de dominação comum. In

DIEGUES & VIANA V.M.; 2001. **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**, São Paulo: Ed. HUCITEC NUPAUB/CEC

\_\_\_\_\_ & MOREIRA. (org.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**, 2001, NUPAUB/USP, São Paulo.

DUARTE, R.H.; 2005. **História e Natureza**, Belo Horizonte: Ed. Autentica.

FONT J.N. & RUFIL.; 2006. **Geopolítica, Identidade E Globalização**, São Paulo: Ed. Annablume.

FOUCAULT, M.; 1977. **Vigiar e Punir**, Petrópolis: Ed. Vozes.

GALEANO, E.; 1983. **As Veias Abertas da América Latina**, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

\_\_\_\_\_.; 1978. **Vozes e Crônicas**, São Paulo: Ed. Versus.

HARDIN, G.;1968. **The tragedy of the commons**. Science

HOBSBAWN, E. J.; 1976. **Bandidos**, Rio de Janeiro: Ed. Forense – Universitária.

LANG, F.S.; 1999 **Um Exemplo De Análise Multivariada Aplicada á Pesquisa Quantitativa Em Ensino De Ciências: explicando o desempenho dos**

**candidatos ao concurso vestibular de 1999 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** Instituto de Física da UFRGS.

LEMOS, M.R.T.B. & BAHIA, L.H.R.; 2000. **Percursos da Memória: Construções do Imaginário Nacional**, Rio de Janeiro: UERJ p 61-66.

LISBOA, P. L. B.; 1989. **Rondônia Colonização e Floresta**, Pará: MPEG p 8-22.

KARASAWA, Mina et al . Cluster analysis in quantifying genetic divergence in tomato accessions. **Hortic. Bras.** , Brasília, v. 23, n. 4, 2005 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010205362005000400028&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010205362005000400028&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 Aug. 2007.

MALINOWSKI.; 1986. **Antropologia**, São Paulo: ed. Atica S.A. p 24-48.

MACIEL, A. C. **Apresentação Didática: Formação Sócio-Econômica de Ariquemes, A Partir do Programa de Integração Nacional**. 2008, UNIR, Ariquemes.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica do Processo de Ocupação Sócio-Econômica de Rondônia: Trajetórias e Tendências de um Modelo Agropecuário na Amazônia**. 2004, UFPANA/NAEA/Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido, Belém.

MARCHINI, Luís Carlos; MORETI, Augusta Carolina de Camargo Carmello; OTSUK, Ivani Pozar. Cluster analysis, with basis in physico-chemical composition, of samples of honey produced by *Apis mellifera* L. in São Paulo State. **Ciênc. Tecnol. Aliment.** , Campinas, v. 25, n. 1, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010120612005000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010120612005000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 Feb 2007.

MARIN, R. A. & CASTRO, E; 2004. **No caminho de pedras de Abacatal – Experiência social de grupos negros no Pará**. Belém, NAEA/UFPANA 2ªedição.

MARTINS, J. S.; 1986. **O Cativo da Terra**, São Paulo: ed. HUCITEC.

MAUSS, Marcel. **Ensaio Sobre a Dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In: Sociologia e antropologia. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974, (vol I).

MELLO, N. A.; 2006. **Políticas Territoriais da Amazônia**, São Paulo; Ed. Annablume.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional: **Anais da Oficina Sobre a Política de Ordenamento Territorial, realizada em Brasília, em 13-14 de novembro de 2003**. 2005, Brasília.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Amazônia Sustentável**. 2006, Brasília.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO EXTERIOR. **Medida dos Pacotes do Plano de Aceleração de Crescimento (PAC)**. 2007, Brasília.

MORAES, A.C.R.; 2005. **Geografia, Pequena História Crítica**, São Paulo: Ed. Annablumme.

MORAES, P.; 2001. **Os Interpretes da Amazônia**, Manaus: Ed. Valer.

MOREIRA NETO, C. A.; 1988. **Índios da Amazônia**, Petrópolis-RJ: Ed. Vozes.

MOTA, Jurema Corrêa da; VASCONCELOS, Ana Gloria Godoi; ASSIS, Simone Gonçalves de. Análise de correspondência como estratégia para descrição do perfil da mulher vítima do parceiro atendida em serviço especializado. **Ciênc. saúde coletiva** , Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, 2007 . Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232007000300030&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232007000300030&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 Out 2007.

PRADO JR, C.; 1969. **História Econômica do Brasil**, São Paulo: Ed. Brasiliense.

POSEY, Darrel A. Interpretando e Utilizando a “Realidade” Dos Conceitos Indígenas: o que é preciso aprender com os nativos? In DIEGUES& MOREIRA. (org.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. 2001, NUPAUB/USP, São Paulo.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**. 1996, ed. FGV. Rio de Janeiro.

RIBEIRO, D.; 1975. **O Processo Civilizatório**, Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira.

SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**. 2000. ed. Vozes, Petrópolis.

SALLES, V.; 1971. **O Negro no Pará**. ed. FGV e UFPA, Rio de Janeiro e Belém.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2002, ed. São Paulo, São Paulo.

SANTOS, C.; 2001. **A Fronteira do Guaporé**, Porto Velho: EDUFRO. p 43-88.

SANTOS, J. V.T.; 1993. **Matuchos: Exclusão e Luta**, Petrópolis: Ed.Vozes. p 177-209.

SILVA, Denise Bousfield da; PIRES, Maria Marlene de Souza; NASSAR, Sílvia Modesto. Pediatric cancer: analysis of hospital records. **J. Pediatr. (Rio J.)** , Porto Alegre, v. 78, n. 5, 2002 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S002175572002000500012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002175572002000500012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 Oct 2007.

SILVA, J. C.; *et al.* 2002. **Banheiros do Rio**, Porto Velho: EDUFRO.

SMITH, N.; 1998. **Desenvolvimento Desigual**, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.

STRAUSS, L.; 1999. **Tristes Trópicos**, São Paulo: Companhia das Letras

TEIXEIRA, Marco A.D. **Campesinato Negro de Santo Antonio do Guaporé: Identidade e Sustentabilidade**. 2003, UFPA/NAEA/Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido, Belém.

\_\_\_\_\_, **Dos Campos do Ouro a Cidade das Ruínas: grandeza e decadência do colonialismo português no Vale do Guaporé**. 1997, UFPE, Recife (Dissertação de Mestrado em História).

THOMAS, K.; 1989. **O Homem e o Mundo Natural**, São Paulo: Ed. Companhia das Letras.

TURNER, F.; 1990. **O Espírito Ocidental Contra a Natureza**, São Paulo: Ed. Campus.

VALENTIM, J. L.; 2000. **Ecologia Numérica, Uma introdução à análise multivariada de dados ecológicos**, São Paulo: Editora Interciência.